

A língua dos modernistas: revolução ou tradição?

Passados setenta anos da onda modernista que assolou as letras brasileiras durante a Semana de Arte Moderna, em 1922, e depois dela, vale a pena refletir um pouco sobre tal movimento e insistir em alguns pontos de linguagem que certos ufanistas apressados apontam como fatos vitoriosos na língua literária contemporânea do Brasil e, por isso mesmo, justificativos, dizem, de uma revisão das normas erigidas na gramática tradicional.

Para orientar-nos nesta seara já contamos com algumas pesquisas sérias realizadas num grande *corpus* de autores modernos brasileiros, dentre os quais se impõem os trabalhos de Luís Carlos Lessa e Raimundo Barbadinho Neto. Curiosamente estes dois autores, independentemente, partiram da idéia de escrever uma gramática da feição brasileira da língua e, ao levantarem os problemas, chegaram à conclusão, implícita em Lessa e explícita em Barbadinho, de que, no final de contas, como bem escreveu a nossa Raquel de Queirós em comentário a livro deste último estudioso: «O fato constatado, provado por Barbadinho em milhares de exemplos, é que nós somos muito mais comportados do que se assoalha por aí, estamos naquele meio onde se situa a virtude. Nem tanta obediência que nos tolha a espontaneidade, nem tanta derrubada que nos deixe a tropeçar atrapalhados nos cacos da língua velha».

Com outras palavras, numa época em que alguns modernistas não tinham nascido, enquanto outros mal saíam das fraldas, mestre João Ribeiro, com toda a sua inclinação da modernidade, comentava-o depois dessa rebeldia inicial própria dos jovens:

Mas vencida essa crise de crescimento, se não se quer ser infante toda a vida, não há outro endereço mais que o do amor e respeito aos modelos eternos da linguagem.

O mais moderno e o mais livre de todos os escritores portugueses, Eça de Queirós, consagrou os últimos restos da vida a limar e a castigar o seu formoso e suave estilo,

restituindo-o, quanto pôde, à nobreza antiga da língua. É que o espírito, na morte, se reintegra e continua eterno na sua própria espécie, e só o corpo se contenta com volver e perder-se em outras fermentações e outras tantas modas e mutações da vida universal. (Ribeiro, 1905:121).

Está claro que havia por parte dos modernistas uma intenção anti-acadêmica, refletida em declarações contundentes de escritores como Mário de Andrade, que creditava ao movimento o mérito de promover «uma reacomodação da linguagem escrita à falada (já agora com todas as probabilidades de permanência) muito mais eficaz que a dos românticos» (Andrade, 1972: 189).

Do ponto de vista lingüístico — que é o que agora mais de perto nos interessa — cabe fazer um retrospecto daqueles fatos que se têm considerado geralmente como divisor de águas entre a tradição e a revolução, a tradição e a modernidade, para distinguirmos, se os houver, aqueles que vieram para ficar na moderna literatura brasileira.

Abro aqui um parêntese para repisar um fato de muitos conhecido: todo movimento inovador, qualquer que seja a natureza, tem sempre seu lado iconoclasta, isto é, pretende derrubar conceitos e preceitos arraigados por uma tradição, substituindo-os por novos parâmetros, que o tempo se encarregará de minimizar ou apodrecer. Felizmente, o radicalismo no domínio das letras parece ser menos ortodoxo que o que se dá no domínio dos ideais políticos. Estou a lembrar-me do que nos afirma ninguém mais autorizado a essa crítica do que Staline. Respondendo a questão formulada por companheiros de partido sobre a necessidade de se alterar a língua russa para que pudesse, depois da revolução de 1917, servir de expressão a uma nova ideologia política, declarou que tal medida não se impunha por errônea e contrária aos preceitos filosóficos do movimento, e que, por isso, a língua do comunismo deveria continuar sendo a mesma que utilizara Puchkin, morto em 1837, na sua obra literária, tanto na prosa quanto na poesia.

Antes de entrar nos fatos de língua propriamente ditos, vale recordar que a «reacomodação da linguagem escrita à falada», citada por Mário de Andrade no trecho acima, não foi apanágio dos modernistas, uma vez que, pelo menos na prosa, essa aproximação já estava praticada por escritores da marca de um Joaquim Manuel de Macedo, um Aluísio de Azevedo, um Manuel Antônio de Almeida, um Lima Barreto, para não falar em Machado de Assis, de quem Sousa da Silveira disse «grande escritor, que soube ser ao mesmo tempo clássico, moderno e brasileiro».

Adotarei aqui, por mais apropriado ao interesse destas observações, a orientação que seguiu o Prof. Raimundo Barbadinho nos seus trabalhos sobre a norma literária do modernismo brasileiro, isto é, fixar-me-ei naqueles fatos lingüísticos que são geralmente arrolados como um divisor de águas que demarca

a tradição e a inovação. Do levantamento que se vai fazer a seguir, patenteia-se a verdade desta afirmação tantas vezes repetida pelo Prof. Barbadinho em referência à norma literária dos nossos modernistas: «mais rebeldia nos gestos que nas obras».

O primeiro assunto que é trazido à baila nas discussões para mostrar o atraso das normas registradas nas gramáticas escritas no Brasil em relação aos usos dos modernistas é, sem sombra de dúvida, o da colocação do pronome átono a começar período, do tipo: **Me diga, Te empresto, Se fala**, etc. Ora, a exaustiva pesquisa nos modernistas levada a efeito pelo Prof. Barbadinho revela-nos o contrário da afirmação generalizada, segundo a qual esta prática virou regra na língua literária desses escritores. Assim é que no livro de Oswald de Andrade *Memórias sentimentais de João Miramar* que, segundo o autor estava fadado a ser «o primeiro cadinho da nossa nova prosa», só aparece um único exemplo, contra dezesseis de acordo com a tradição. E vale a pena ressaltar que mesmo esse único não é da responsabilidade do autor e, sim, do personagem.

A mesma ausência de pronome átono a iniciar período ocorre em *Chuva de pedra*, «o primeiro livro modernista» de Menotti del Picchia e em *Epigramas irônicos e sentimentais* de Ronald de Carvalho.

O caso de Manuel Bandeira é bem interessante: em *Libertinagem*, dos onze exemplos registrados, há seis casos do pronome átono colocado no início do período, contra cinco em obediência à tradição. Mas nas três obras posteriores (*Estrela da manhã, Lira dos cinqüent'anos e Belo Belo*) este uso inicial do pronome é tão pequeno, que salta aos olhos.

Isolado de seus companheiros é o exemplo de Mário Andrade que usou e abusou da posição inicial do pronome átono. No seu afã de sistematização, pretendeu estender essa possibilidade que realmente ocorre com **me, te, se, lhe, nos a o e a**. Manuel Bandeira, em cartas e artigos, censurou esse critério do amigo, critério que «em matéria de linguagem tem sido sempre o responsável por tantas regrinhas cerebrinas que afinal acabaram criando este abusivo regime gramatical contra o qual reagiremos.» (Bandeira, 1958: 1214). Continua no mesmo artigo Manuel Bandeira:

Considero perfeitamente legítimo o emprego da variação «me» no princípio de qualquer período (...). Considero, porém, erro iniciar o período pelas formas oblíquas «o», «a», «os», «as», ou «se» com o futuro e o condicional, por não se basearem estes casos em fatos da língua falada, popular ou culta: o povo não diz «O vi», diz (e muita gente boa também) «Vi ele», forma que Mário só admitiu quando o pronome é sujeito de um infinitivo seguinte («Vi ele fazer»); ninguém, nem povo nem pessoa culta, diz «Se diria». Discuti muito esses dois pontos com o meu amigo, sem que nenhum de nós lograsse convencer o outro. (*Ibid.*, p. 1213).

Por maior que seja o prestígio de Mário de Andrade e a influência que pudesse exercer nos escritores que o cercavam e nos jovens que, direta ou indiretamente, iriam com ele no futuro acertar o passo, não se pode confundir a língua do combatente mestre paulista com a língua literária do modernismo brasileiro.

Ainda no terreno dos pronomes pessoais, outro uso que também tem sido apontado como divisor de águas é o referido na transcrição de Manuel Bandeira, isto é, o emprego de **ele** em lugar do tradicional **o** como complemento dos verbos transitivos diretos: **Vi ele** por **Vi-o**.

Quem estuda historicamente a nossa língua, sabe que este emprego era conhecido, em épocas passadas, da norma literária. Aliás um repasse nas ocorrências registradas nas línguas românicas, sem exceção, oferece-nos um quadro que patenteia que os empregos das formas retas e oblíquas dos pronomes, bem como, nestas últimas, das formas átonas e tônicas, não se davam nem se dão com a regularidade e a precisão com que hoje muitos estudiosos gostariam que ocorressem. A posição de tonicidade dos pronomes e ainda a relativa distância que estes podem manter do verbo da oração, permitem trocas de formas corretas e correntes em todos os períodos da língua, com correspondência em outros idiomas da família.

É o caso do emprego obrigatório da forma de sujeito do pronome quando, coordenado a um substantivo, funcionam ambos como complemento verbal: «Tendo como base o homem, e, mais ainda, **eu** como espelho, como posso confiar num sistema diretivo para a comunhão dos povos?» (Adalgisa Nery. *Apud* Neto, 1977).

O exemplo da nossa escritora é similar a este da italiana Gemma Ferruggia *Il fascino* (1897) «(...) ci aveva molto turbate, Flaminia ed **io**» (p. 176) ou a este das *Novelas* (p. 61) da espanhola que se escondia debaixo do pseudônimo de Fernán Caballero: «(...) por lo que toca al tío A. y **yo**», ambos citados na preciosa *Sintaxe* das línguas românicas de Meyer-Lübke. (Meyer-Lübke, 1890-1906)

É ainda o caso do emprego de pronome reto em função de complemento verbal quando reforçado por **todo**, **mesmo**, **próprio**, ou numeral: **Vi todos eles**, ao lado de **Vi-os todos**: «dei um pulo desesperado / e o leão comeu nós dois» (Carlos Drummond de Andrade. *Apud* Neto, 1977: 18).

Mas convido o paciente leitor a retornar ao início do comentário relativo ao emprego de **ele** como objeto direto, entre os modernistas. As pesquisas de Barbadinho e Lessa mostram que, apesar de corrente, está longe de ser absoluto esse uso; e até se dá o fato seguinte: à medida que se sucederam as obras de modernistas e se sucedem as dos contemporâneos, esse uso vai diminuindo a olhos vistos. Nos dias de hoje, vê-se isso claramente nas produções, por exemplo,

de um Rubem Fonseca, cujo amadurecimento na arte narrativa vem marcado também por um apuro das construções dentro da boa tradição gramatical.

Curioso é que a reportagem televisiva, felizmente não generalizada, no afã de seguir a todo o custo a onda novidadeira que assola os jovens países cuja infância não teve ainda tempo de consolidar um padrão de cultura, emprega às vezes um **ele** por **o** em situações que não reproduzem o falar espontâneo brasileiro e, por isso mesmo, choca os ouvidos e a sensibilidade do falante nativo.

No uso de **ele** por **o**, cabe, por fim, registrar que, como bem assinalou atrás Manuel Bandeira, Mário de Andrade só acabou admitindo a prática «quando o pronome é sujeito de um infinito seguinte (**Vi ele fazer**)» (*Ibid.*, p. 1213).

Sabemos todos o quanto Manuel Bandeira e Mário de Andrade discutiram questões de linguagem a serem adotadas no texto literário. A correspondência mantida entre eles — hoje só conhecida praticamente a parte ativa do escritor paulista — é um rico manancial de observações úteis a quantos se interessam por língua portuguesa.

Consoante o testemunho de Bandeira, lembrado aqui, Mário só acabou admitindo o uso de **ele** por **o**, ou, generalizando, o emprego do pronome de forma subjetiva pelo de forma objetiva (por isso, também, **eu** por **me**, em expressões do tipo **deixe eu entrar** por **deixe-me entrar**), quando o pronome é sujeito de um infinitivo.

Tal prática é outra construção que, segundo alguns, se consagrou entre modernistas e que, portanto, deve ser incluída no rol das novidades a que se deve curvar a gramática que registra a norma padrão. Todavia não é esta a conclusão a que chegaram as pesquisas dos estudiosos que se debruçaram nos textos dos modernistas. Raimundo Barbadinho ensina que das formas «deixe eu ver» e «deixe-me ver» os nossos modernistas «sem sombra de dúvida, se decidiram em benefício da última das duas» (Neto, 1977: 15).

E, em relação ao escritor paulista citado, acrescenta:

Mário — quando sem preocupação de ostentar acintosamente os «brasileirismos violentos» — não constitui exceção. (*Ibid.*, p. 16).

O emprego do pronome oblíquo tônico como sujeito de verbo no infinitivo (**O livro é para mim ler** por **para eu ler**) é plebeísmo assinalado há tempos nos compêndios gramaticais de língua portuguesa. O nosso extraordinário lexicógrafo Antônio Morais Silva, nascido no Rio de Janeiro, em sua *Gramática*, (Silva, 1813) escrita em 1802, já assinalava que o correto era, nestas construções, o emprego de **eu** e **tu** em vez de **mim** e **ti**, respectivamente.

Esta construção, **para mim fazer**, que estava, entre brasileiros, restrita a classes culturalmente menos favorecidas, hoje se vai alastrando entre crianças

pertencentes a famílias mais escolarizadas, talvez por estarem em convivência mais demorada com pessoas de nenhuma ou pouca escolaridade.

Cumpre alertar para que não se confunda esta construção vitanda com outra, aparentemente similar, em que o pronome pessoal está regido de preposição e, por isso, deve assumir a forma oblíqua tônica (**mim**, e não **eu**). Tome-se esta frase:

Para mim ler esses relatórios é muito cansativo.

Vê-se que o **mim** não funciona como sujeito do infinitivo **ler**; este **para mim** pode ser lido com pausa, separado de **ler**, e esta pausa pode ser assinalada por vírgula:

Para mim, ler esses relatórios é muito cansativo.

A independência sintática em relação a **ler**, além da pausa, pode ser indicada pelo deslocamento do sintagma **para mim**, afastando-se do infinitivo:

Ler esses relatórios para mim é muito cansativo.

Ler esses relatórios é muito cansativo para mim.

O Prof. Barbadinho lembra este exemplo de Raquel de Queirós (Queirós, 1975) que está nas mesmas condições de nosso exemplo, onde não fere a gramática o emprego de **para mim**:

No momento era impossível **pra mim** viajar porque não havia mais navio e em avião não se conseguia lugar (*Dora, Doralina*, p. 192),

acerca do qual ensina corretamente o autor de *Sobre a norma literária do Modernismo*:

(...) observe-se que o sujeito deste infinitivo é **viajar**, e que **pra mim** se integra na oração «é impossível pra mim. (Neto, 1977: 21).

Mas o que nos interessa aqui é saber do grau de aceitação desta prática na língua literária contemporânea. E aí a pesquisa revela-nos que se trata de uso extremamente reduzido, frequência que fica ainda mais diminuída quando se patenteia que, em muitas ocasiões, a construção não ocorre no discurso do autor, mas de seus personagens.

É, portanto, mais um uso moderno que não ganhou foros de cidade para ser agasalhado pela gramática normativa.

Os que insistem na renovação das normas da língua escrita contemporânea apontam como um dos mais fortes alicerces do divisor de águas que separa a tradição da inovação, o emprego de **lhe** por **o** junto a verbos transitivos diretos, como ocorre nas construções «Eu **lhe** vejo», «Nós **lhe** estimamos», «José **lhe** convidou para a festa» e similares.

É costume dizer-se que em tais frases se faz uso do pronome **lhe** «como objeto direto». Na realidade, o assunto está a exigir maior reflexão.

Casos como os acima lembrados não podem, a rigor, confundir-se com construções verbais que, através do tempo, experimentaram mudança na natureza do complemento verbal objetivo. É fato corriqueiro, e as sintaxes históricas o assinalam, que muitos verbos mudaram a natureza do complemento objetivo, isto é, verbos que se construía com objeto direto passaram a fazê-lo com objeto indireto, e vice-versa, sem nenhuma alteração semântica.

Por exemplo, no português antigo era mais freqüente o emprego dos verbos **perguntar** e **rogar** acompanhados do pronome **o** para referir-se à pessoa a quem se fazia uma pergunta ou se rogava e sem preposição o complemento que enunciava aquilo que se desejava saber ou solicitar. Said Ali (Ali, 1931) lembra os seguintes exemplos extraídos da *Demanda do Santo Graal* (século XIV), dentre outros:

Perguntaram-**na** que demandava (p. 1 da ed. de Reinhardtstoener); **perguntou-o** se era chegado (p. 35); Perguntou-**o** que home era (p. 37).

Rogaram-**no** por deos que **lhe** disesse daquelle sonho (p. 109).

Se nos restringirmos a Camões, podemos ver um mesmo verbo com complemento objetivo direto ou indireto, sem que se **lhe** altere a significação. O verbo **perdoar** e **socorrer** estão neste caso; apenas em *Os Lusíadas* vale lembrar que a preferência recai no objeto indireto com **perdoar** e direto com **socorrer**:

Queria perdoar-**lhe** o Rei benigno (III, 130)
(Que desta sorte o quis) **lhe** não perdoam (III, 130)

Levemente **o** perdoa, e foi servido (X, 49)

Que a socorrê-**la** vinha deligente (III, 65)

Vai socorrer **o** filho, e assi adjuntados (III, 81)

Foi o soberbo Afonso a socorrê-**la** (III, 99)

Este que socorrer **lhe** não queria (VI, 48)

No português moderno, prevaleceu, para **perdoar**, o objeto indireto **lhe** para pessoa e objeto direto da coisa perdoada:

«Eu **lhe** perdoei a insolência. Perdoei-**lha**».

Não havendo duplo complemento verbal, a pessoa perdoada pode continuar a ser expressa na forma de objeto indireto (**lhe**), ou então de objeto direto (**o**):

«O ofendido **lhe** perdoou / O ofendido **o** perdoou».

Já o verbo **socorrer** fixou modernamente o seu complemento na forma de objeto direto:

«As autoridades as socorrem.»

O fenômeno da mudança de complemento ou da prática indiferente de **o** ou **lhe** com o mesmo verbo numa só época e num só escritor não se dá apenas no português; no mundo românico ou fora dele, repete-se a possibilidade.

Todavia, no caso de «Eu **lhe** vejo», «Nós **lhe** estimamos», «José **lhe** convidou para a festa», não houve mudança na natureza do complemento, e a prova disto se patenteia com a permuta do complemento pronominal por forma nominal, isto é, por um substantivo: «Eu vejo **o vizinho**», «Nós estimamos **o vizinho**», «José convidou **o vizinho** para a festa», todos os complementos constituídos por sintagmas não preposicionados.

Não estamos, pois, diante de mudança de regime verbal, mas de uma nova oposição entre **o** e **lhe**, não mais assentada na oposição complemento objetivo direto vs. complemento objetivo indireto. Trata-se, aqui, de uma novidade na distribuição de **lhe** aplicado agora à **pessoa com quem se fala**; nos registros popular e informal, esse **o (a)** é desbancado por **ele(ela)**.

Falando com o ouvinte, diz-se nesses registros:

«Então ontem **lhe** vi na praia».

«Pedro, José **lhe** convidou para o baile?»

Mas em referência à pessoa de quem se fala, não se emprega **lhe**:

«Pedro, você tem visto o José?»

Não; há muito não **lhe** vejo».

Esse **lhe**, na qualidade de pronome interlocutório, em oposição a **o** (ou **ele**), não assume um compromisso imediato com a transitividade verbal, e, por isso

mesmo, aparece tanto junto a transitivos indiretos (**eu lhe escrevo, eu lhe falo**) quanto a diretos (**eu lhe vejo, eu lhe abraço, eu lhe convido**).

Em que circunstâncias, quando e onde nasceu esta novidade na sintaxe do português são questões que estão a exigir análise mais minuciosa. Além da possível influência de construções verbais com alternância de **o/lhe**, conhecidas de todos os períodos da língua, aponta-se, como lembra Antenor Nascentes (Nascentes, 1953: 128), a analogia com os pronomes **me, te, nos, vos**, já que todos podem funcionar na frase como objeto direto ou indireto. O mesmo Mestre acrescenta que «Desaparecidos **o, a, os, as**, ficou a forma **lhe** dona do campo, sem se precisar apelar para a conservação da dupla sintaxe.»

Todavia, faltam estudos sobre esse «desaparecimento» de **o, a, os, as**; por outro lado, é assaz complexo falar-se em «desaparecimento» dessas formas, quando elas apresentam, vivas e fortes, as parceiras **ele(s), ela(s)**, na função de objeto direto.

No tocante à expansão territorial desse **lhe**, já a *Gramática* de Antônio Morais Silva (Silva, 1813) declarara: «Eu **lhe** amo, **lhe** adoro, são erros das Colônias», domínio geográfico que também precisa ser fixado com maior precisão.

A verdade, porém, é que no Brasil é praxe difundidíssima entre pessoas de pouca e média cultura e corre avassaladora na fala espontânea de toda a sociedade.

Está claro que tal uso não passaria despercebido aos modernistas, que utilizariam a sintaxe, mas com uma parcimônia digna de relevo. As pesquisas do Prof. Barbadinho documentam esta parcimônia, «válida ainda com respeito àqueles escritores que se mantiveram insuperáveis em sua fidelidade à linguagem popular, preservada na tradição oral, em toda a sua pureza» (Neto, 1977: 19).

Este mesmo pesquisador chega a criticar a afirmação de Cavalcanti Proença que, estudando a língua e o estilo de José Lins do Rego, afirmara: «só excepcionalmente **o** e variações aparecem; **o lhe** é regra em *O Moleque Ricardo*» (Proença, 1974). Reexaminando o mesmo romance, Barbadinho chega à conclusão contrária, pois dos noventa pronomes complementos, vinte só atestam o emprego de **lhe** nesta construção, contra setenta em consonância com o uso padrão.

Pelo exposto e se no estabelecimento das normas de uma gramática deve o autor estar atento ao testemunho do *corpus* pesquisado, pode-se afirmar que nada há que alterar no tocante ao que está estabelecido, na língua escrita padrão contemporânea, para o emprego de **o, a, os, as** como objeto direto e de **lhe** como objeto indireto entre os complementos do verbo.

Um fato lingüístico de que os reformadores da tradição espelhada nas gramáticas normativas fazem estrondosa propaganda é o uso da preposição **em** por **a** depois dos verbos de movimento.

Na realidade é este um terreno assaz delicado de nossa sintaxe ou, para falar com mais propriedade, da sintaxe românica, pois que, ao lado de normas que se foram fixando através do tempo com validade para a língua literária, não se devem perder de vista certas derivas de data latina que refletiam entrelaçamentos, principalmente, das noções de repouso, ponto de chegada, direção e ponto de partida. Acresça-se a isto a possibilidade de certos empregos estilísticos de que se servem os escritores na hora em que o sistema, dando ensejo a esses entrelaçamentos nocionais, lhes permite variar a expressão e estabelecer sutis matizes semânticos.

Àcerca desses entrelaçamentos é de uma extraordinária riqueza de dados, numa exposição cristalina, o parágrafo 433 (da versão francesa) da *Sintaxe* das línguas românicas do suíço-alemão Meyer-Lübke. (Meyer-Lübke, 1890-1906) Os dois maiores sintaticistas da língua portuguesa não desdenharam, em suas descrições, a ação desses entrelaçamentos de noções contíguas. Epifânio Dias, na preciosa *Sintaxe histórica portuguesa* (Dias, 1933), referindo-se à possibilidade de a preposição **em** poder indicar o termo do movimento (no sentido próprio e no translato) depois de «verbos e locuções (entrar), os verbos que exprimem a idéia de **deixar entrar** ou **fazer entrar**, v. g. **admitir**, **receber**, deitar (por ex. **vinho em um copo**), lançar, meter; a loc. **dar com algo**, v. g. **em terra (...)** saltar em terra», e rejeitando, nestes casos, a simples explicação por meio da continuidade ininterrupta da proposição latina **in** com acusativo, ensina:

designa-se [o termo do movimento] não como tal, mas como lugar onde, sendo que se considera prolepticamente, não o movimento, a que se referem aqueles verbos e locuções, mas o estado que se segue àquele movimento».

Esta lição de Epifânio corre paralela à de Meyer-Lübke, num passo do parágrafo referido acima:

Tout ce qu'on pourrait dire, c'est que, chez les Romains, quand il s'agissait d'indiquer le lieu vers lequel tendait un mouvement, l'arrivée et le repos qui la suivait dans ce lieu se seraient représentés à leur esprit avec plus de vivacité que le mouvement exprimé par le verbe lui-même. (Meyer-Lübke, 1890-1906).

Também Said Ali relaciona certos usos da preposição **em** com a noção de movimento, e chega a declarar:

Menos conspícuo é o emprego de **em** com acepção diretiva; mas é justamente esta tão importante que sem o seu conhecimento não saberíamos explicar a presença de **em** em bom número de locuções. (Ali, 1931: 244).

Depois desta pequena digressão onde se põem de relevo fatores históricos e estilísticos, percebe-se melhor a visão redutora que atribui a **em** com verbos de movimento uma «característica» do português do Brasil, especialmente um uso dos nossos modernistas.

A meu ver, no momento em que os entrelaçamentos de noções que circunscrevem a área dos verbos de movimento, faltou a Portugal, como judiciosamente comenta Said Ali, «em tempo oportuno, academia ou estudioso dado ao exame da questão deste gênero, que arbitrasse normas seguras para futuros escritores» (Ali, 1975: 79).

Por outro lado, sabemos que na elaboração da língua literária portuguesa — e não é fenômeno isolado — exerceu papel fundamental na hora da escolha o peso da autoridade do latim clássico, o que naturalmente fez prevalecer o emprego de **a** sobre suas rivais mais próximas para as noções aqui estudadas: **em** e **para**. Mas os escritores portugueses da fase dessa elaboração da língua literária, especialmente os prosadores (sécs. XVI e XVII), não chegaram a construir um corpo homogêneo que se impusesse idiomáticamente à geração subsequente. Só no século XVIII e no XIX se começou a elaborar, colhendo daqui e dacolá, nem sempre com felicidade e exatidão, a pauta normativa que, acrescida pelo trabalho de investigadores cientificamente mais bem aparelhados, se incorporou aos compêndios dos nossos dias, sem que ainda tenha chegado à exaustão a que tanto aspiram os escritores hodiernos.

O emprego da preposição **em** com verbos de movimento, dentro da sistematização que a tudo aplicava Mário de Andrade, pode ser também enquadrado no rol das suas idiosincrasias de artista, de que nos fala Manuel Bandeira. Lendo-se o escritor paulista, de vez em quando topamos com determinados usos da preposição **em** que prejudicam a inteligência perfeita do texto ou cria nele uma ambigüidade. Só se explicam pelo seu constante «forçar a nota para focalizar o problema»:

Manhãzinha

A italiana vem na praia do ribeiro.

«Interpreto» — diz este abalizado crítico — «que o que se quis dizer no poema é que a italiana veio à praia do Ribeirão para lavar a roupa. Podemos dizer ‘na praia’ ou ‘à praia’, mas imagino que se Mário não andasse preocupado com a sistematização, teria escrito naturalmente ‘à praia’, construção que imediatamente excluía a possível interpretação de que a italiana vinha pela praia, ao longo da praia» (Bandeira, 1958: 1215).

Apesar da freqüência de alguns usos de **em** onde a norma literária insistiria no emprego de **a** (**ir na cidade, chegar na cidade**), a verdade é que não se pode

afirmar que estas mesmas predileções têm valor geral. Em Mário de Andrade há a presença, aqui e ali, de construções do tipo **chegar à cidade**, embora seja mais rara **ir à cidade**. Lembra Barbadinho (Neto, 1977: 62) que em *Losango Cáqui* e em *Clã do Jabuti* não se encontra nenhum exemplo de **a**, nestas circunstâncias; mas já em *Remate de Males* e *Lira Paulistana* «as duas sintaxes se equilibram». Em *O Moleque Ricardo*, de José Lins do Rego dos noventa e sete casos existentes, cinqüenta e três testemunham a presença de **a** contra quarenta e quatro de **em**. Em *Memórias Sentimentais de João Miramar*, de Oswald de Andrade, só se registram ocorrências com **a**, enquanto em *Mar Morto*, de Jorge Amado, se encontram trinta e seis usos de **a** e doze exemplos de **em**.

Tudo isto sem levar em conta construções fixas de lugar translato do tipo **chegar à conclusão, chegar ao fim, chegado à bebida, ir ao que importa, ir ao jogo, ir à vida, ir à luta**, a par de tantíssimas outras.

O último bastião — *last, not least* — contra o qual irromperam os defensores da «modernização» da gramática normativa com validade para a língua escrita culta, é o emprego do verbo **ter** pelo **haver**, com significado existencial. É este outro caso da sintaxe do português que merece ser estudado no âmbito romântico, já que o embate entre **ter** e **haver** pela sobrevivência é um episódio de que o português não tem exclusividade, estando o fio condutor já no latim.

O Prof. Sousa da Silveira (Silveira, 1938), em artigo de 1938, procurou mostrar alguns fatos lingüísticos que apontavam para a expansão de **ter** sobre **haver**. Realmente cedo **ter** começou a desbancar **haver** em muitos papéis: a) em expressões do tipo «esta terra há nome» para «esta terra tem nome» (hoje «esta terra nomeia-se», «chama-se», «é conhecida pelo nome de », etc.); b) na constituição de tempos compostos do tipo de **hei feito (tenho feito)**.

Por outro lado, dispunha a língua de certas expressões paralelas em que **ter** se aproximava de **haver** e **existir**, à semelhança de «há animais na floresta» e «a floresta tem animais» ou de «não há dúvida», «não existe dúvida», «não tem dúvida». Nas *Dificuldades da língua portuguesa* (Ali, 1957) Said Ali incluiu excelente artigo sobre **haver** e **ter** onde muitos de seus empregos intercambiáveis são eruditamente estudados e apontados alguns momentos da luta pela sobrevivência travada entre estes dois verbos.

Contava ainda a língua de outros tempos — fato que se colhe com freqüência nas narrações de cronistas do séc. XVI e XVII — com o emprego do verbo **ter** com sujeito próprio, mas do qual se afastava por tal distância ou era deduzido pelo contexto, que o leitor moderno dele só com muita atenção dá conta. Alguns estudiosos chegam a não perceber esse fato e apontam exemplos do tipo como se fossem testemunhos do **ter** já em função existencial. Citarei inicialmente,

como exemplificação mais evidente, este passo de um missionário português que chegou ao Brasil em 1583, Fernão Cardim:

Todo este gentio tem por cama umas redes de algodão, e ficão nelas dormindo no ar; estas fazem lavradas, e como ficão no ar, e não tem outros cobertores nem roupa, sempre no verão e inverno tem fogo debaixo. (*Tratados da terra e gente do Brasil*, p. 166).

No trecho seguinte a dedução do sujeito já se faz mais caprichosa:

Os Ilhéus distam da Bahia 30 léguas: é capitania do senhorio, sc. de Francisco Giraldes: é vila intitulada de S. Jorge; terá 50 vizinhos com seu vigário: tem três engenhos de açúcar: é terra abastada de mantimentos, criação de vacas, porcos, galinhas, e algodões: não têm aldeas de índios, estão muito apertados dos Guaimures, e com eles em contínua guerra; não se estendem pelo sertão a dentro mais de meia até uma légua, e pela costa, de cada parte, duas ou três léguas.

Os nossos têm aqui casa, onde residem de ordinário seis; tem quatro cubículos de sobrado bem acomodados, igreja e oficinas; esta situada em lugar alto sobre o mar: tem sua cerca aprazível, com coqueiros (...) (*Ibid.*, p. 296).

Vitorioso o uso de **ter** existencial na língua falada espontânea, tentaram os modernistas transplantá-lo para a língua escrita culta, debaixo da responsabilidade da língua do narrador. Antes dos modernistas, tal emprego do verbo **ter** como traço idiomático de personagem não constituía novidade entre nós, ao lado de outros fatos lingüísticos que os escritores deixavam consignados em suas páginas. Assim é que Machado de Assis põe na boca de Prudêncio dois desses fatos: o **ele** como objeto direto e a preposição **em** com o verbo **ir**:

É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei **ele** na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo **na** cidade, e ele deixou a quitanda para **ir na** venda beber (Assis, 1899: 91).

Sob a responsabilidade do narrador ocorrem entre os modernistas numerosos exemplos de **ter** por **haver**. O fato é tão corriqueiro, que dispensa documentação; todavia, tem toda validade a seguinte afirmação de Barbadinho:

Não se pode negar que esse emprego do verbo não tenha terminado vitorioso, mas daí a se dizer que tenha chegado a suplantar o velho uso canônico (que ainda hoje impera soberano, como passaremos a ver) soaria falso. (Neto, 1977: 38).

Passa o mesmo estudioso da língua dos nossos modernistas à documentação: em *Jubiabá*, de Jorge Amado, encontram-se oitenta e cinco ocorrências de **haver** contra trinta e uma de **ter**; Raquel de Queirós, em *O brasileiro perplexo*, emprega sessenta e oito vezes **haver** e vinte e quatro **ter**; Drummond, em *Alguns*

poesia, apresenta dezesseis exemplos de **haver** para onze de **ter**, enquanto em *Memórias Sentimentais de João Miramar*, Oswald de Andrade utiliza oito casos de **haver** e três de **ter**.

Só Mário de Andrade é que com muito mais frequência prefere **ter** a **haver**; mas curiosamente nas anotações à *Gramática secundária*, de Said Ali, põe lado a lado os dois verbos com valor existencial.

Diante da afirmação, na *Gramática secundária*, acerca de verbos impessoais (p. 121): «O verbo **haver** usado com o sentido de ‘existir’ é impessoal», acrescenta Mário: «Os verbos **ter** e **haver** usados com o sentido de ‘existir’ são impessoais» (Andrade, 1980: 166).

Em Mário de Andrade o verbo **ter** jamais desbancou totalmente o verbo **haver**. Num conto redigido em 1943, *Nelson*, inserido em *Contos novos*, o autor joga com os dois verbos sem que se possa estabelecer um critério seguro para explicar a presença de um ou do outro. Esta ambivalência chega a permitir a coexistência no seguinte trecho:

Olhou em torno e não **tinha** ninguém. Certificou-se ainda si ninguém o perseguia, mas positivamente não **havia** pessoa alguma na rua morta, era já bem mais de uma hora da manhã. (Andrade, 1956: 146-147).

De tudo o que se viu até aqui conclui-se que vários aspectos da norma gramatical que o modernismo brasileiro — especialmente pelo peso carismático de Mário de Andrade — tentou remodelar e até desbancar, persistiram depois da onda iconoclasta, e que, por isso mesmo, as novas normas não alcançaram a vitalidade que lhes desse foros de cidadania. Nem as realidades da língua falada por si sós se entronizam na língua escrita — como supunha o notável escritor paulista — nem as línguas se inovam partindo necessariamente de erros que nela se cometem.

A técnica histórica do falar própria de uma comunidade lingüística — que se reflete na exposição da gramática normativa — paira acima das revoluções efêmeras das modas e modismos, por mais geniais que sejam os seus criadores.

Referências bibliográficas

- ALI, Said (1931) — *Gramática Histórica*, 2ª ed., São Paulo, Companhia Melhoramentos.
- ALI, Said (1957) — *Dificuldades da Língua Portuguesa*, 5ª ed., Rio de Janeiro, Livraria Patrão.
- ALI, Said (1975) — *Investigações Filosóficas*, Rio de Janeiro, Grifo Edições/MEC.
- ALI, Said (s/d) — *Gramática Secundária*, 4ª ed., São Paulo, Companhia Melhoramentos.
- AMADO, Jorge (1969) — *Jubiabá*, 19ª ed., São Paulo, Livraria Martins Editora.
- AMADO, Jorge (s/d) — *Mar Morto*, 6ª ed., São Paulo, Livraria Martins Editora.
- ANDRADE, C. Drummond (1973) — *Alguma Poesia* in *Reunião* (10 livros de poesia), 4ª ed., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.
- ANDRADE, Mário de (1956) — *Contos Novos*, São Paulo, Livraria Martins Editora.
- ANDRADE, Mário de (1966) — *Clã do Jabuti; Lira Paulistana; Losango Cáqui; Remate de Males* in *Poesias Completas*, São Paulo, Livraria Martins Editora.
- ANDRADE, Mário de (1972) — «Modernismo» in *O Empalhador de Passarinho*, 3ª ed., São Paulo, Livraria Martins Editora.
- ANDRADE, Oswald de (1964) — *Memórias Sentimentais de João Miramar*, São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- ASSIS, Machado de (1899) — *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, 4ª ed., Rio de Janeiro, H. Garnier.
- BANDEIRA, Manuel (1958) — *Belo Belo; Estrela da Manhã; Libertinagem; Lira dos cinqüent'anos*; «Mário de Andrade e a questão da língua» in *Poesia e Prosa*, 2 vols., Rio de Janeiro, Editora José Aguilar.
- CARVALHO, Ronald de (1922) — *Epigramas Irônicos e Sentimentais*, Rio de Janeiro, Anuário do Brasil.
- DIAS, Epifânio (1933) — *Sintaxe histórica portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Livraria Clássica, Editora.
- MEYER-LÜBKE, W. (1890-1906) — *Grammaire des Langues Romanes* (Trad. francesa: 4 vols.), III — Syntaxe, Paris. Reimpressão: New York, G. E. Stechert, 1923.
- NASCENTES, Antenor (1953) — *O linguajar carioca*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Organização Simões.
- NETO, R. Barbadinho (1977) — *Sobre a norma literária do modernismo*, Rio de Janeiro, Livro Técnico.
- PICCHIA, Menotti del (1925) — *Chuva de Pedra*, São Paulo, Novíssima.

- PROENÇA, Cavalcanti (1974) — *Estudos Literários*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.
- QUEIRÓS, Raquel de (1963) — *O Brasileiro Perplexo*, Rio de Janeiro, Edição do Autor.
- QUEIRÓS, Raquel de (1975) — *Dora, Doralina*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.
- REGO, José Lins do (1966) — *O Moleque Ricardo*, 7ª ed., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.
- RIBEIRO, João (1905) — *Páginas de Estética*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- SILVA, António Morais (1813) — *Gramática* in *Dicionário da Língua Portuguesa*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Borel e Borel.
- SILVEIRA, Sousa da (1938) — «Ter Usado Impessoalmente» in *Miscelânea de Estudos* (em honra de Manuel Said Ali), Rio de Janeiro.
- Tratados da Terra e gente do Brasil* (1925), Rio de Janeiro, J. Leite, p. 166.